

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DO MODELO SEGREGADO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Gustavo de Freitas Araújo¹

RESUMO

Busca-se abordar a evolução da educação especial no Brasil, levando-se em conta os três diferentes modelos que a marcaram ao longo de nossa História. Passando pelo paradigma de institucionalização, até chegarmos ao paradigma de suportes, que busca uma educação inclusiva e para todos, foi necessário percorrer um longo e árduo caminho para permitir às pessoas com deficiência física o acesso à educação de qualidade e a garantia do direito à diferença.

Palavras-chave: deficiência, educação inclusiva, escola.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a analisar a transição dos diversos paradigmas da educação especial, passando do modelo segregado à perspectiva da educação inclusiva no Brasil, procurando destacar as principais características de cada fase,

com vistas a evidenciar o processo de permanente mudança pela qual passa a educação especial brasileira.

Além disso, buscamos relacionar o atual modelo inclusivo com a função social da escola, de modo a permitir às pessoas a convivência harmônica com seus semelhantes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Do modelo segregado à educação inclusiva: três paradigmas presentes

No Brasil, a educação de indivíduos com necessidades especiais passou por três estágios ou paradigmas. Entretanto, antes de apresentá-los, é mister termos a correta compreensão do significado de paradigma.

De acordo com Morin (2000), o paradigma:

efetua a seleção e a determinação da conceituação e das operações lógicas. Designa as categorias fundamentais da inteligibilidade e opera o controle de seu emprego. Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradig-

¹ O autor é 1º Tenente do Exército, formado na AMAN em 2012, graduando em Licenciatura em História pela Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR e pós-graduando em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

mas inscritos culturalmente neles (MORIN, 2000, p. 25).

Dessa forma, abordaremos os três paradigmas pelos quais passou a educação especial: paradigma da institucionalização; paradigma de serviços e paradigma de suportes (VAGULA, 2014).

2.1.1 Paradigma da institucionalização

Dentro desse modelo, os indivíduos com deficiência eram mantidos em instituições de caridade, asilos ou manicômios. Predominava o caráter assistencialista dessa visão. Foram criados, no Brasil, os primeiros institutos para a educação de especiais, como Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857), ambos no Rio de Janeiro. Sobre esse período, WELBER e SILVA (2006, p. 31) afirmam:

A prática assistencial está diretamente relacionada ao surgimento das instituições de confinamento. Nesse modelo de intervenção o atendimento aos carentes constitui objeto de práticas especializadas. Assim, surgem diferentes equipamentos sociais - tais como hospitais, asilos, orfanatos, hospícios - que oferecerão atendimento especializado [...].

No Brasil, esse modelo perdurou até a década de 60, quando começaram os estudos sobre a necessidade de uma educação que pudesse integrar melhor o paciente especial à sociedade. Entretanto, a educação especial ainda possui traços assistencialistas.

2.1.2 Paradigma de serviços

A década de 70 marca o início da preocupação, no Brasil, em garantir-se o acesso à escola aos portadores de deficiência. Foram utilizadas novas técnicas de ensino, tendo como base os novos conceitos da Pedagogia e da Psicologia Comportamental.

Nesse contexto de inserção de indivi-

duos especiais na escola e na sociedade, duas áreas de investigação se desenvolveram. A primeira, tendo por base as ideias construtivistas de Piaget e Ferrero e o socio-construtivismo de Vigotsky, que demonstrou ser possível a aquisição de conhecimentos e o domínio da leitura e da escrita por pessoas com deficiências. A segunda, busca relacionar o conceito que as pessoas têm sobre o deficiente, e como isso determina a relação mantida com ele (GLAT; FERNANDES, 2005).

De um modelo de institucionalização, passamos para um paradigma de serviços, visando a “[...] prestação de serviços educacionais técnicos, especializados, com o objetivo de promover a adaptação da pessoa ao seu meio social” (BRASIL, 2000, apud VAGULA, 2014, p.19).

Buscava-se integrar o deficiente à sociedade, tornando o sistema escolar menos restrito. Essa visão procurava adaptar o indivíduo à escola e à sociedade. Entretanto, tal modelo considerava as diversidades como aspectos negativos. O que se observou na prática foi que as classes direcionadas para a educação especial serviam mais para segregar os que não se enquadravam no sistema regular de ensino, do que inserir efetivamente os alunos com deficiência à rede pública de ensino (GLAT; FERNANDES, 2005).

De acordo com Welber e Silva (2006, p. 34), citando Sasaki, essa integração social consistiria em inserir o deficiente à medida que esse conseguisse, de algum modo superar suas limitações físicas e os que não conseguissem permaneceriam excluídos. Por parte da sociedade não se exigiria quase nada. Ou seja, era um “esforço unilateral, tão-somente da pessoa com deficiência e seus aliados” (WELBER e SILVA, idem, ibidem).

A consolidação da filosofia de integração e normalização, no final da década de 80, com efeito, proporcionou que pessoas com necessidades especiais passassem a ser inseridas no sistema rede regular de ensino, recebendo atendimento especializado de acordo com as necessidades es-

pecíficas de cada um. Adotou-se, naquela época, o lema: “o deficiente pode se integrar na sociedade” (GLAT; FERNANDES, 2005).

2.1.3 Paradigma de suporte

A grande diferença entre o paradigma de serviços e o de suporte, ou do modelo de integração para o modelo inclusivo consiste na mudança de foco, que passa a ser a necessidade de a escola em se adaptar às necessidades especiais, no lugar de ser focado no portador dessas deficiências.

Dentro desse contexto, o modelo de educação inclusiva é “[...] caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato aos recursos disponíveis aos demais cidadãos” (BRASIL, 2000, apud VAGULA, 2014, p.21).

A diversidade ganhou importância e passou-se a defender a participação desses indivíduos em todos os setores da sociedade, em um processo que mobilizaria ambas as partes, tanto deficientes quanto as demais pessoas, para a solução dessa questão (WELBER e SILVA, 2006). Na es-

cola inclusiva, é reconhecido que todas as crianças podem aprender e são respeitadas as diferenças de cada uma (BRASIL, 1988).

No modelo inclusivo, as individualidades dos alunos são reconhecidas de forma a garantir uma educação de qualidade para todos, sem se limitar a questões de etnia, sexo, idade, deficiência ou condição socioeconômica, sendo o aluno o foco da ação educacional (ARANHA, 2004).

Ainda sobre esse paradigma de suporte, que recebe de “portas abertas” todos os tipos de alunos, seguem-se os seguintes princípios:

- Permite que estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam às necessidades de todas as crianças;
- Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;
- Reconhece que a educação é um processo dinâmico, que está em evolução constante;
- Sabe que o ensino não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais (MOVIMENTO DOWN, 2014, p. 08).



Fig. 01 - Uma sociedade em que convivem em harmonia os diversos tipos de pessoas. Fonte: www.mirandalibrassemfronteiras.weebly.com. Acesso em 18 abr 2015.

2.2 Função social da escola e sua postura frente à diversidade

Uma vez que tratamos inicialmente sobre os paradigmas que nortearam a questão da educação especial no Brasil, abordaremos sobre a função social da escola.

Para Libâneo (1994), a função da escola

é ensinar; e, de acordo com o autor, ensinar é possibilitar aos alunos o desenvolvimento de suas capacidades reflexivas, em face da complexidade do mundo em que vivemos. A escola, com isso, é um local onde ocorre a socialização entre os diversos indivíduos, possibilitando a dinâmica e o encontro com o outro e o com o saber

(COSTA, 2013). Para tanto, este deve ser um espaço em que o aluno procure participar de maneira ativa, de forma que disponha das ferramentas necessárias para poder transformar a sociedade da qual faz parte.

De acordo com Morin, a escola é considerada como elemento indispensável nesse contexto, deve buscar ensinar a “compreensão entre as pessoas como condição

e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade” (2000, p. 93).

Portanto, o ambiente escolar tem como função social possibilitar a inclusão efetiva e reconhecer a importância da diversidade, de modo que cada aluno tenha seu ritmo biológico respeitado e que todos contribuam na construção de uma sociedade mais justa, humana e livre de preconceitos.



Fig. 02 - O direito à escola é para todos os cidadãos (Art. 205 da Constituição Federal de 1988). Fonte: www.mirandalibrassemfronteiras.weebly.com. Acesso em 18 abr 2015.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se buscou demonstrar neste trabalho, muitos foram os avanços em relação à educação especial no Brasil. Do paradigma de institucionalização, que perdurou por maior parte de nossa História, em que as pessoas especiais eram marginalizadas da sociedade e consideradas incapazes para contribuir com o avanço do país, ao atual modelo de suporte, indiscutivelmente foram necessárias muitas lutas e debates em prol de possibilitar maior participação desse grupo como atores sociais.

À escola cabe o dever de bem cumprir sua função de garantir o acesso à educação de qualidade para todos, em um ambiente saudável e livre de preconceitos, incluindo, dessa forma, aqueles que, durante anos, foram colocados à margem da sociedade. Para tanto, práticas escolares

devem ser repensadas, para que se firme um compromisso de respeito à diversidade.

Entretanto, apesar dos avanços alcançados na seara da educação inclusiva, deve-se buscar conscientizar e capacitar os diversos setores da sociedade, de modo a garantir aos indivíduos portadores de necessidades especiais a compreensão de seus limites e possibilidades de sua completa integração e aceitação pela sociedade.

Finalmente, inclusão não consiste no fato isolado de termos crianças com deficiência em escolas regulares, mas trata de “como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou evitamos lidar) com nossa moralidade” (FOREST; PEARPOISNT, apud WELBER e SILVA, 2006, p. 35).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva. Brasília: Ministério de Educação, 2004.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 27ª ed São Paulo: Saraiva, 1991.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. Função Social da Escola. Tocantins: UFTO, 2013.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no contexto da Educação Especial Brasileira. Revista Inclusão nº 1, 2005. São Paulo: MEC/SEESP.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 1ª ed São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em: < <http://conhecimentoseducacaobrasileira.blogspot.com.br/2010/10/libaneo-sua-historia-suas-obras.html>>. Acesso em 16 abr 2015.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed São Paulo: Cortez, 2000.

Movimento Down. Escola para todos. Educação Inclusiva: o que os pais precisam saber? Rio de Janeiro: Movimento Down, 2014.

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais. Londrina: UNOPAR, 2014.

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? Porto Alegre: UFRS, 2006.